



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
Comitê Interno de Governança – CIG-MCTI
3ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Interno de Governança.

Ato de Criação: Portaria nº 4.301, de 12 de janeiro de 2021.

Ato de Designação dos membros: Art. 2º, Portaria nº 4.301, de 12 de janeiro de 2021.

Periodicidade das reuniões ordinárias: trimestralmente (Art. 5º).

Sigla: CIG-MCTI

DADOS DA REUNIÃO

Data: 18 de fevereiro de 2022.

Horário: 10h.

Local: Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 5º Andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF.

Tipo: () Presencial () Videoconferência (x) Mista

PARTICIPANTES

Lista membros CIG anexa.

Lista convidados anexa.

PAUTA DA REUNIÃO

1. **Abertura.**

2. **Pauta:**

- Relatório de Atividades do CIG-MCTI em 2021.
- Planejamento Estratégico do MCTI.
- Ações do Comitê de Governança Digital.
- Plano de Desenvolvimento de Lideranças.
- Proposta de Cronograma de Reunião-2022.

3. **Informes.**

4. **Encerramento.**

RESUMO DA REUNIÃO

1. **Abertura.** A reunião foi iniciada às 10h02min pelo Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, que cumprimentou os presentes e ressaltou a relevância, dentre os itens de Pauta, da discussão sobre o Planejamento Estratégico.

2. Pauta. O Presidente do CIG passou a palavra ao Sr. Johnny dos Santos, Diretor de Governança Institucional, que corroborou com a atenção do Sr. Ministro sobre a importância da pauta Planejamento Estratégico. Na sequência passou à apresentação do primeiro ponto de pauta da reunião.

2.1. Relatório de Atividades do CIG-MCTI em 2021- O Diretor da DGI destacou a reestruturação do arranjo de governança do MCTI, em função da divisão das pastas ministeriais da Ciência, Tecnologia e Inovações das Comunicações, ocorrido em 2020. Foi destacada a criação do próprio CIG-MCTI, que realizou 04 reuniões ao longo de 2021, com as aprovações do Regimento Interno do CIG, da Política de Governança Institucional e da Política de Gestão de Riscos do órgão. Foi ressaltado que essas ações possibilitaram ao MCTI: cumprir com compromissos assumidos junto ao Ministério da Economia - ME, decorrentes da adesão ao Programa “TransformaGov”; avançar na implementação do processo de gestão de riscos, com destaque para a aplicação-piloto de metodologia de gestão de riscos, em parceria com o ME; ofertar, em parceria com CGU e ME, 95 oportunidades de capacitações em gestão de riscos; instituir e designar os membros do Comitê Técnico de Gestão de Riscos, com representantes de todas as unidades do órgão; prover melhores respostas ao questionário do TCU que apura o Índice de Governança e Gestão Pública o IGG, e que o MCTI passou do score de 35% em 2018, para 47% em 2021. Em relação a demandas dos órgãos de controle nos temas de governança, relatou que uma dessas demandas inclusive constante da pauta é a formalização dos ajustes no plano estratégico MCTI. O Diretor complementou que essa demanda já deverá constar, quando aprovado, do relatório de gestão a ser entregue até 31 março de 2022. O Diretor relatou os avanços em transparência, evidenciando a criação do espaço “governança” no sítio do MCTI, que agrega informações sobre o tema. Por fim, concluiu salientando que o trabalho de revisão do Planejamento Estratégico procurou preservar os esforços anteriores, focando justamente em um trabalho de adequação a nova condição do órgão. O Sr. Ministro parabenizou pelas realizações e destacou a importância da expressiva elevação do MCTI no IGG – TCU.

2.2. Planejamento Estratégico do MCTI – O Sr. Ministro informou que em sua leitura prévia não observou qualquer óbice à proposta de ajustes ao mapa estratégico do MCTI, apenas destacaria uma correção de digitação. O Sr. Ariel Pares, Coordenador-Geral de Planejamento e Indicadores, iniciou sua explanação destacando a peculiaridade do Ministério de elaborar um planejamento e, por uma série de circunstâncias alheias, não ter ainda a oportunidade de fazer com que o ciclo do planejamento seja completo, com a avaliação de sua execução. A formulação do planejamento vem desde 2018, que estava avançado no fim de 2019, mas com a edição da IN nº 24 do ME, que designa um estreito relacionamento do planejamento ao Plano Plurianual – PPA, o processo foi reconduzido a nova formulação. Posteriormente, antes de entrar em execução, foi novamente impactado com a separação das pastas ministeriais da Ciência, Tecnologia e Inovação e de Comunicações, em 2020. Destacou que a proposta de readequação do planejamento estratégico ora apresentada contou com ampla participação das áreas do MCTI, e que, em relação ao mapa, as mudanças contemplaram a adequação do horizonte temporal para 2023, readequação das perspectivas de resultados, redefinição dos objetivos estratégicos de resultados, supressão dos objetivos afetos às Comunicações. Foi explicado que essas mudanças resultaram em maior alinhamento entre o Planejamento Estratégico, PPA e as políticas do MCTI. Acrescentou que foram mantidos os textos da missão, visão e valores, cujos conteúdos contam com contribuição direta do Sr. Ministro. Este chamou a atenção sobre a manutenção do termo “TIC”, solicitando a avaliação se seria conveniente sua retirada. A Secretária da SEAPC, Sra. Christiane Corrêa, solicitou que as tonalidades fossem substituídas, com retorno ao padrão de tonalidades do mapa anterior. O Sr. Paulo Alvim, Secretário da SEMPI, suscitou dúvida sobre a redação do objetivo estratégico relativo a orçamento, que foi esclarecida pelo apresentador. O presidente do CIG considerou as informações prestadas como suficientes para a manutenção da proposta e reforçou a necessidade da retirada do termo afeto às “Comunicações”. Os objetivos estratégicos redefinidos, a relação de indicadores e de iniciativas estratégicas associadas foram apresentados, e o Coordenador-Geral se dispôs a realizar quaisquer aperfeiçoamentos suscitados pelo colegiado, cujo membros dispunham do material de informação detalhada anteriormente à reunião. Continuando, pediu a dedicação do CIG nas contribuições quanto ao gerenciamento do Planejamento Estratégico do MCTI. Concluiu informando sobre a necessidade de edição de portaria oficializando o Planejamento Estratégico e revogação da portaria anterior. O Diretor do DGI reforçou sobre a trajetória de construção do Planejamento Estratégico, evidenciando suas características finais, e reforçou a necessidade de formalização do novo mapa e do processo de monitoramento. O Ministro parabenizou a todos os envolvidos pelo trabalho e externou sua vontade de

subscrever a publicação do novo planejamento estratégico do MCTI, ressaltou a importância de se verificar a qualidade dos indicadores periodicamente em sua função de medir o progresso e solicitou que na reunião trimestral de secretários também sejam apresentados esses resultados. Por fim, o Ministro propôs a aprovação da proposta de readequação do Planejamento Estratégico, momento em que se deu sua aprovação por unanimidade dos membros presentes, e solicitou o auxílio do titular da CONJUR, Sr. Júlio Pereira, presente à reunião, nos trâmites relativos à portaria que precisa ser editada.

2.3. Ações do Comitê de Governança Digital - O Sr. Ministro passou a palavra ao Sr. Fernando Dias, Diretor da DTI/SEEXEC, que explanou sobre o Comitê de Governança Digital – CGD e sua competência relativa à governança nas temáticas: PDTIC, Planejamento Estratégico de TI – PETI, Segurança da Informação, Transformação Digital e Dados Abertos. Relatou que em função da mudança de pasta ministerial com a cisão em dois órgãos, muito do PDTI elaborado em 2020 para 2021 não pode ser executado, resultando em uma execução de 36% da programação. Destacou o trabalho hercúleo das equipes de estrutura e sistemas que atendeu por determinado tempo os dois órgãos, MCTI e MCom, auxiliando na estruturação de TI do novo órgão. O maior lapso de cumprimento do plano se deu nas aquisições de modernização da infraestrutura, relatou o Diretor, quando questionado pelo presidente do CIG. Adicionalmente, informou sobre o atraso também nas ações planejadas para evoluir a segurança da informação. Relatou das dificuldades diante da troca de empresa prestadora dos serviços em 2021 e ratificou que a atualização do plano teve de ser feita, diante das novas prioridades, como a ênfase dada aos sistemas de suporte e atendimento de empresas das políticas públicas operadas pela SEMPI/MCTI. O Secretário da SEMPI, Paulo Alvim, explicou que a priorização das políticas conduzidas pela Secretaria, se deu em face do grande atraso herdado no atendimento do órgão aos clientes empresariais de inovação, que inclusive foram ampliados na atual gestão. Concluiu sua intervenção reforçando a necessidade do órgão, que responde pelo fomento do avanço da tecnologia e inovação no Brasil e se relaciona com as empresas mais avançadas em tecnologias atuantes no país, estar na vanguarda dos sistemas TIC de suporte às políticas conduzidas. Apontou também a necessidade de se revisar os métodos de trabalho, para que o suporte de TI possa acompanhar a evolução no atendimento em expansão, citando a Lei do Bem que atendia cerca de 1.300 (mil e trezentas) empresas e passou para atender cerca de 2.400 (duas mil e quatrocentas), enfatizando que com a melhora dos resultados não se poderia piorar o desempenho. O Ministro corroborou com fala do Secretário da SEMPI, reforçando a necessidade de identificar e resolver os gargalos que minam a eficiência de execução das políticas. O Secretário da SEEXEC, Sr. Sergio de Almeida, discorreu sobre sua experiência no trato dos problemas dos sistemas que apoiavam a atuação da SEMPI/MCTI, enfatizou a necessidade de focar no atendimento ao cidadão e empresas usuárias dos serviços do MCTI. Informou que já determinou prioridade no atendimento das demandas de TI da SEMPI. Também relatou a exigência de a prestadora de serviços de TI alocar pessoal técnico qualificado dedicados ao atendimento prioritário das demandas oriundas da Lei do Bem e da Lei de Informática caracterizadas com o profícuo relacionamento com empresas. Informou que a priorização se justifica não só pelo volume das desonerações ofertadas nessas políticas, mas em seus resultados no crescimento das empresas, e por assim fazê-lo, retornam-se ao país mais tributos, possibilitando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Solicitou ao Diretor da DTI que os prazos sejam pactuados diretamente com o Secretário Paulo Alvim e que sejam cumpridos os prazos das entregas dos serviços da TI, junto a SEMPI, com a DTI operando no limite máximo de sua capacidade, em face desse atendimento prioritário a ampla gama de empresas de base tecnológica. O Secretário da SEMPI enfatizou que as políticas tratadas como prioritárias, Lei do Bem e Lei de informática são instrumentos do maior investimento realizado pelo órgão, com 6 bilhões e 1,9 bilhão de reais, respectivamente, e ainda com grandes expectativas de significativa ampliação. Chamou a atenção, ainda, para os desdobramentos dessas políticas, exemplificando como elas são importantes na criação de postos de trabalho no setor de TIC brasileiro. Em continuidade à apresentação, o Diretor da DTI reforçou o entendimento das melhorias necessárias, ressaltou os esforços da empresa prestadora em adquirir mão de obra qualificada e *know-how* sobre os sistemas demandados. O Ministro aproveitou o tema para justificar a relevância de investimento para maior segurança da informação no órgão, ressaltando os infortúnios de se ter informações confidenciais vazadas, toda a gravidade que envolve a ocorrência de atos dessa natureza e que a apuração e responsabilização serão realizadas com rigor. O Diretor respondeu prontamente ao destaque do Ministro o municiando dos status das ações no sentido de elevar a segurança da informação. Por fim, o Diretor confirmou a necessária atualização do Plano Estratégico de TIC – PETIC 2022-24 aprovada pelo CGD, em

função da atualização aprovada do Planejamento Estratégico do MCTI e encerrou com a confirmação de uma melhor infraestrutura de TI no ano corrente de 2022.

2.4. Proposta de Cronograma de Reunião-2022 – Sr. Johnny dos Santos solicitou adiantamento da pauta relativa à apreciação e deliberação do cronograma de reuniões do CIG para 2022. Atendendo ao pleito, foi permitida pelo presidente do CIG a inversão das pautas. Foram então propostos os meses para a realização das próximas três reuniões ordinárias programadas do CIG-MCTI. Após breve discussão, a sugestão dos meses para as realizações das reuniões do CIG-MCTI foi aprovada, com a indicação de se apontar as semanas, acordando os membros do Colegiado com a fixação da primeira semana de maio, primeira semana de agosto e a terceira de novembro de 2022.

2.5. Plano de Desenvolvimento de Lideranças – o presidente do CIG passou a palavra à Coordenadora-Geral da CGDE/DGI, Sra. Bianca Botelho, que iniciou explanando que o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e o Programa de Desenvolvimento de Lideranças são instrumentos relacionados ao mecanismo de Liderança, conforme a Política de Governança do MCTI (Portaria nº 5.205/2021). Foram apresentadas as ações programadas relacionados a temática de integridade, transparência, prestação de contas e gestão de riscos, nas vertentes desenvolvimento de liderança, competências comportamentais e competências técnicas. O Ministro destacou a importância da melhoria das competências em comunicações interpessoais, e questionou sobre a forma de divulgação das oportunidades apresentadas. A Sra. Bianca Botelho explicou sobre a forma, canais e periodicidade das divulgações. Sobre a capacitação programada sobre Relações Internacionais e Cooperação em Ciência e Tecnologia, prevista para ser ofertada por meio da Escola Virtual de Governo (EVG/ENAP) cujo público-alvo são servidores e sociedade, o Secretário da SEPEF, Sr. Marcelo Morales, acompanhado pelos demais membros e presidente do CIG, reforçou a importância de oferta de ações de formação como essa que contemple os parceiros ativos, como sociedades científicas, universidades e outras entidades dedicadas a ciência e tecnologia. O Ministro apontou a necessidade de inclusão na sistemática de busca de diretores das unidades de pesquisa, a participação, prévia ou a *posteriori*, em ações de desenvolvimento sobre gestão na administração pública. Necessidade reforçada pelo Secretário Paulo Alvim que apontou que critérios dessa natureza já são praticados por outras instituições. Na ocasião o Sr. Alex Magalhães, Subsecretário de Unidades Vinculadas, informou que o momento é oportuno, considerando estar em curso a atualização das normas que regulam a busca por diretores das unidades de pesquisa do órgão, ressaltando que a discussão é muito pertinente aos desafios enfrentados na atualidade. A Sra. Bianca observou a preocupação já demanda pelo Sr. Secretário Executivo de oportunizar a evolução das capacidades de gestão dos diretores das unidades de pesquisa do órgão, citando curso programado já elaborado com esse propósito. Desse modo o Sr. Ministro encomendou ao Sr. Alex Magalhães e à Sra. Bianca Botelho a elaboração de proposta para evoluir os critérios utilizados no processo de busca de diretores das unidades, a lhe ser apresentado em ocasião oportuna. A Coordenadora-Geral relatou, ainda, sobre o programa de gestão de projetos de inovação, uma pós-graduação que será ofertada por módulos de modo a facilitar a adesão dos servidores. Por fim, relatou sobre as demais ações previstas, específicas, solicitadas pelas unidades da administração central do MCTI.

3. Informes: Sr. Johnny dos Santos realizou informes sobre o projeto de construção da Cadeia de Valor do MCTI, que está em execução em parceria com o ME, destacando sua relevância; rememorou aos membros do CIG das secretarias finalísticas, que o Comitê deve zelar pelo equilíbrio de temas a serem abordados em suas pautas, até então com predominância de assuntos afetos às temáticas de competência da SEXEC. Os secretários da SEPEF e da SEMPI destacaram suas ações de divulgação de entregas, tanto ao público externo e interno e enfatizaram estarem atentos ao caráter de governança em suas Secretarias. O Ministro destacou a necessidade de se enfatizar a divulgação das realizações do órgão seja no sítio institucional, seja junto a imprensa. A Sra. Christiane Corrêa, Secretária da SAPC, solicitou aos demais membros que auxiliem na divulgação do Boletim diário repercutindo os canais de comunicação oficiais e espaços midiáticos com a participação de representantes do órgão. O Ministro informou aos demais membros do Comitê, que mesmo em ano eleitoral, o MCTI seguirá com sua gestão fluída e tranquila que o caracterizou, e com suas entregas programadas normalmente e que essa informação é importante para tranquilizar as equipes, de forma que todos possam permanecer focados nas suas atividades.

4. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, após agradecer a todos, o presidente do CIG-MCTI declarou a reunião encerrada às 12h04min.

Brasília, 18 de fevereiro de 2022.

Marcos Cesar Pontes

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI (Presidente)

Sergio Freitas de Almeida

Secretário-Executivo – SEEXEC/MCTI – (Membro titular)

Johnny Ferreira dos Santos

Diretor de Governança Institucional - DGI/SEEXEC (Suplente)

Christiane Gonçalves Corrêa

Secretária de Articulação e Promoção da Ciência – SEAPC/MCTI - (Membro titular)

Marcelo Marcos Morales

Secretário de Pesquisa e Formação Científica– SEPEF/MCTI – (Membro titular)

Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI/MCTI – (Membro titular)

Alex Fabiano Ribeiro de Magalhães

Subsecretário de Unidades Vinculadas – SUV/SEEXEC (Membro Titular)



Documento assinado eletronicamente por **Alex Fabiano Ribeiro de Magalhães, Subsecretário de Unidades Vinculadas**, em 23/03/2022, às 14:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Gonçalves Corrêa, Secretária de Articulação e Promoção da Ciência**, em 23/03/2022, às 15:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional**, em 23/03/2022, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações**, em 23/03/2022, às 17:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, Secretário de Empreendedorismo e Inovação**, em 23/03/2022, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica**, em 28/03/2022, às 19:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida, Secretário-Executivo**, em 29/03/2022, às 14:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9598697** e o código CRC **6FA232BC**.

Referência: Processo nº 01245.002580/2022-83

SEI nº 9598697